



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Senhor Capitão Alberto Neto)

Requer da Excelentíssima Ministra do
Meio Ambiente e Mudança do Clima,
Senhora Marina Silva, informações
sobre o Fundo da Amazônia.

Apresentação nº 221/066/2023-122355560033-MED/A

RIC n.1756/2023

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero que seja encaminhado a Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, solicitação de informações sobre o Fundo Amazônia, nos seguintes termos:

- 1) Em novembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que o Fundo fosse retomado no período de 60 dias, qual a atual situação do Fundo da Amazônia?
- 2) Quanto já foi recuperado dos grandes doadores internacionais, como a Alemanha e Noruega?
- 3) Criado em 2008, durante o segundo mandato de Lula, o Fundo Amazônia capta doações internacionais destinadas à preservação do bioma. Quem doou e quantos temos em doações da União Europeia?

Justificativa

Milton Friedman reverberou como ninguém que “não há almoço grátis”, descrevendo o conceito de custo de oportunidade na teoria econômica.

No tema ambiental, vivemos das falácias dos novos tempos. A Noruega, que anunciou em 2019 a retirada de R\$ 130 milhões do Fundo da Amazônia está no Brasil, dentre outras atividades, representada por estatais na mineração (a Vale não é mais estatal) e no petróleo. Só para vocês saberem,





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

a previsão é que em 2030 cerca de 25% da produção de todo petróleo da estatal Norueguesa venha do Brasil. Nem falo da mineradora Norueguesa que tinha uma tubulação “ladrão” clandestina em um reservatório ligada a uma nascente em Bacarena, no Pará, pois isso já é notícia velha. Ademais, a Alemanha, que por sua vez anunciou que bloqueou R\$ 155 milhões, é o maior poluidor da Europa e é o sexto país gerador de CO2 no mundo (620 milhões de toneladas - <https://www.comprerural.com/>) e tem 75% de sua energia gerada por carvão mineral. 95% da poluição por óxidos de nitrogênio vêm da criação de animais e atividades agrícolas. A União Europeia chegou a multar a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália, a Hungria e a Romênia por não se aterem a padrões de qualidade do ar.

O conhecedor de história sabe que este conflito não é recente e remonta incursões estrangeiras na região no século XIX e a tomada em 1904 pela Coroa Britânica da região de Pirara, em Roraima, na dita “defesa dos povos indígenas”. Eis o neocolonialismo econômico onde nações subjagam as demais com o uso de recursos pilhados e a relativização da soberania dos países sobre determinadas regiões ricas em recursos, utilizando-se de falácias e causas de apelo geral. Mas olhando o exemplo destas nações, vemos facilmente que é o popular “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço” (senão eu não consigo competir). Como resultado, esse almoço é pago pelo povo brasileiro a custo da falta de exploração sustentável dos seus recursos.

A nossa maior riqueza é a biodiversidade e exuberância da Amazônia e essa riqueza é ressaltada a todo custo por todos os órgãos, países e pronunciamentos. Mas um tesouro gigante está um pouco além do que se vê e é pouco noticiada que fica diluída no alarmismo da imprensa. Já não é segredo para ninguém que a região amazônica brasileira é a última fronteira natural com alto potencial econômico a ser explorada no mundo. É um patrimônio do Brasil que hoje tem toda a tecnologia para que a produção mineral possa ser feita de maneira coerente, gerando renda e medidas de compensação que minimizam o impacto local, mas que resultam em um impacto positivo imensurável que pode financiar o desenvolvimento da nossa sociedade.

Deus realmente foi bondoso com nosso estado, pois temos tanta diversidade de riquezas minerais como temos de cultura e de espécies da





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

nossa floresta. Entretanto, temos ainda incipiente a mineração em Pitinga que produz estanho, urânio, ferro, nióbio e tântalo e a bauxita em Presidente Figueiredo, Urucará e Nhamundá. Tenho o orgulho de dizer que a maior reserva de Nióbio do mundo está no Morro dos Seis Lagos, em São Gabriel da Cachoeira, que a maior reserva de gás natural em área terrestre do Brasil está nas bacias do Solimões e do Amazonas e que a segunda maior reserva de Potássio do mundo também está no Amazonas. Ainda temos reservas de cassiterita, caulim, ouro, e diversos minerais de ocorrência natural, com um potencial gigante de fazer muito mais em prol do Amazonas e do Brasil. Por outro lado, de forma incoerente o Brasil importa gás da Bolívia, tendo gás na Amazônia. Importa cerca de 90% do potássio usado para a produção de fertilizantes, tendo uma reserva gigantesca no Amazonas, o que encarece nossa produção rural. Como resultado, enriquecemos outros países ao invés de desenvolvermos nosso sistema produtivo e, por consequência, nossa sociedade. Esta é infelizmente a realidade que não é contada a nossa população.

Dinheiro não cresce em árvore e para desenvolver nossa sociedade e preservar nossa floresta, precisamos de recursos e projetos claros, o que não foi alcançado pelo Fundo da Amazônia. Com interesses opacos o Fundo financia ONGs que geraram iniciativas que resultaram no que temos hoje: a relativização da soberania Brasileira no território amazônico. Na fala vazia da defesa ambiental, sem atos concretos e atendendo a interesses de outros países, criamos uma legislação amarrada e difícil que muitas vezes inviabiliza empreendimentos que trazem emprego, royalties, desenvolvimento e dignidade para o nosso povo. O licenciamento ambiental é custoso, não restando claro quais são os estudos necessários, o tempo previsto para o processo e a viabilidade de empreendimentos em determinadas regiões. Em adição, no Amazonas temos a dificuldade da falta de legislação para a exploração mineral em terras indígenas, que ainda aguarda regulamentação desde a promulgação da Constituição Federal há mais de 30 anos.

Com o arcabouço legal hoje instalado é quase impossível viabilizar investimentos. Sem investimento, não há desenvolvimento, que não gera imposto, que não gera arrecadação, que não financia a fiscalização. Assim, multiplicam-se empreendimentos irregulares que desmatam e poluem,





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

como a extração ilegal de madeira e o garimpo ilegal. Multiplicam-se também as falas e imagens que se utilizam desta lógica hoje instalada que impede o desenvolvimento do Brasil, garante a degradação da floresta e a notícia certa de que o Brasil não tem competência para gerir a Amazônia. É o caos e a degradação do Brasil que é obtido como resultado, afastando qualquer ameaça que este país do futuro possa representar para as nações desenvolvidas.

Hoje há tecnologia e conhecimento suficientes para reduzir ao mínimo o impacto ambiental de empreendimentos, que por outro lado gerarão impactos positivos no país, alavancando nossa população para o nível que ela merece.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, 19 de Junho de 2023.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL - PL/AM

Assinatura nº 221/06672023-1223555560033-MEDSA

RIC n.1756/2023



* CD 237271294500 *